ATA Nº. 13

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal de Arraiolos, pelas vinte horas e trinta minutos, em sessão extraordinária, na sala de reuniões do edifício Arraiolos - Multiusos.

Estiveram presentes:

- Isaura da Conceição Serra Barreiros - *Presidente*
- Catarina Cartaxo Correia dos Loios – *1ª. Secretária*
- José Augusto Silva Rosalino – *2º. Secretário*

E os membros:

José Manuel Nunes Pinto; Paula Alexandra Bexiga Pastaneira; Isalina de Jesus Pereira; Paulo Alexandre Reis da Silva; Pedro Manuel Martins Silveira; Lara Guadalupe Gingão Coelho; Maria Manuel Pimpão Gabriel; José Júlio Ferreira dos Loios; Tomás Inácio de Paiva Calhau; Joana Rosa Martins Carreiras; Helena Isabel Maneiras Espadaneira; Nuno Manuel Valadas Rebocho; Rui Manuel Cosme Estriga; Daniel Fernando Canôa Coelho e José Joaquim Branco Lopes.

Faltaram, por motivo justificado:, António Francisco Correia Traguedo e Manuel Dinis Passinhas Cabeça; que, nos termos do artºs. 78º e 79º da Lei 169/99 de 18 de setembro, com alterações introduzidas pela Lei nº. 5-A/2002, foram substituídos por Bruno Miguel Teixeira Queirós e Maria Manuel Croca Vinagre Leitão.

Do órgão executivo estavam presentes os Vereadores Jorge Macau (Vice-Presidente), Carla Romana, João Campos e Delfina Lima.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Presidente da Mesa cumprimentou todos os presentes, informando o público que caso haja intenção de intervirem deverão efetuar a inscrição, junto do secretariado de apoio, conforme estipula o Regimento

Informou ainda não ter sido possível remeter a proposta de ata da última reunião, ficando, assim, adiada a apreciação e eventual aprovação para a próxima sessão.

Conforme ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes membros:

- *Manuela Leitão* procedeu à leitura de documento que aponta para algumas situações em Arraiolos: - parque infantil tem o piso degradado apresentando algumas fissuras entre as placas podendo as crianças magoarem-se com alguma gravidade, além de se verificar a falta de limpeza em todo o espaço – equipamentos, piso, bancos, mesas, etc – embora reconheça o problema dos pássaros, mas julga que deveria haver uma limpeza mais cuidada. Alegou ainda a falta de limpeza dos arruamentos no Bairro da Cruz da Barreta.
- *Paula Pastaneira* alegou alguma preocupação sobre assunto que tem sido recorrente tanto nas últimas reuniões deste órgão como na C. M. relacionado com o funcionamento do Gabinete de Urbanismo, face à existência de trabalhadores de baixa e à alteração de chefia, que tem vindo a causar problemas tanto aos munícipes/projetistas como aos empresários, questionando o executivo se irão ultrapassar este problema e se existem muitos processos em atraso. Manifestou grande satisfação com o cartaz das Tasquinhas Sénior, que tem vindo a melhorar lavando decerto ao sucesso da iniciativa, no entanto, em relação às Tasquinhas (Mostra Gastronómica) colocou algumas dúvidas pois teve conhecimento que apenas irão participar 3 restaurantes, levando a deduzir que o modelo, mantido há anos, está ultrapassado, necessitando de ser alterado de forma a cativar os empresários da restauração. Por fim, questionou sobre a veracidade da obra da Casa Mortuária ter retomado e qual a situação.
- *Bruno Queirós* questionou sobre duas situações já colocadas em anteriores sessões, a primeira sobre o funcionamento do Centro de Saúde se houve alterações e a segunda sobre o espaço anexo ao antigo quartel dos Bombeiros uma vez ter decorrido o concurso para arrendamento e continua sem qualquer utilização.

Não havendo mais inscrições, a Presidente da Mesa informou que seguindo o mesmo critério iria dar a palavra ao Vice-Presidente em substituição da Presidente, que está ausente por motivos de saúde, para responder, caso entenda, às questões colocadas, seguindo-se um segundo período de inscrições.

O Vice-Presidente concordou com o que foi colocado em relação ao piso do parque infantil, informando que já terem estimativas para a substituição do mesmo, quanto à limpeza têm havido um grande cuidado diário, mas os inúmeros pássaros que teimam em concentrarem-se naquela zona, levando a um grave problema de saúde pública, de difícil resolução. Relativamente à limpeza do Bairro da Cruz da Barreta referiu que irão procurar melhorar. Esclareceu que o termo correto do "Gabinete de Urbanismo" é DOTUA – Divisão de Ordenamento de Território, Urbanismo e Ambiente cujo funcionamento ainda não está como seria desejável, mas já havia alguma melhoria, mesmo em termos de pessoal visto se prever a entrada, a partir do próximo dia 2 de outubro, de um assistente

técnico vindo por mobilidade da C. M. de Évora, estando a decorrer um procedimento interno na modalidade inter-carreiras, de forma a reforçar a Divisão, visto continuarem de baixa 3 funcionários há mais de 1 ano. Informou ainda que a C. M. fez um grande investimento na aquisição de uma plataforma que será uma mais valia para os munícipes, equipas projetistas e para os serviços, procurando, assim, dar uma resposta mais célere a todos os processos. Continuando que nos últimos 4 meses entraram muitos processos e os serviços já conseguiram dar resposta a grande parte, no entanto, há muitos mal instruídos o que dificulta apreciação/aprovação dos mesmos, levando ao desespero e a culpar a C. M.. Sobre as Tasquinhas (Mostra Gastronómica) informou desconhecer o número de restaurantes que se inscreveram, de qualquer forma estão a trabalhar de forma a melhorar e alterar algumas situações, tendo sido já realizadas reuniões com todos os agentes económicos (produtores locais, empresários da restauração, produtores de empadas) para em conjunto repensarmos na melhor forma para realizações da Mostra, ficando garantido todas as condições - espaço gratuito (luz, água e gás), transporte de materiais, montagens de stands, etc. - para que os empresários participem. Em relação à Casa Mortuária informou estar resolvido o problema com o empreiteiro, decorrendo um novo procedimento para conclusão, prevendo que a abertura venha a ocorrer durante o 1°. Trimestre do próximo ano. Sobre o Centro de Saúde referiu não terem qualquer informação oficial, no entanto, têm conhecimento que apenas se mantêm 2 médicos de família para todo o concelho, existindo uma prestação de serviço para garantir as consultas abertas, que têm funcionado. Informou que a Srª. Presidente tem vindo a ser pressionada por parte do Ministério da Saúde para assinatura do protocolo de transferência de competências, que muito embora tenham assinado os outros protocolos, mas neste caso concreto, só irá ser efetuado após terem sido preenchidos os três lugares vagos, competência esta que pertence exclusivamente ao Governo, que com as medidas que tomaram criaram desigualdades nos vencimentos auferidos entre as categorias das Unidades de Saúde. Relativamente ao arrendamento do espaço do antigo quartel esclareceu que o Edital apenas impunha um prazo de 3 meses para a realização do contrato, que já veio a ser realizado e paga a respetiva renda, sendo da responsabilidade da arrendatária a adaptação do espaço para o fim pretendido (ginásio) e decisão da abertura.

Durante o segundo período interveio a Helena Espadaneira (Presidente da Junta de Freguesia de Arraiolos) questionando se existe alguma previsão para a conclusão da obra do parque de feiras e se nesse mesmo espaço está prevista alguma zona ajardinada.

Ao que o Vice-Presidente respondeu que na obra está incluída zona ajardinada e a sua conclusão tem que ser até ao final do ano, dado se tratar de projeto financiado.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A assembleia foi convocada com a seguinte ordem de trabalhos:

1. **Apreciação da atividade municipal;**
2. **Eleição do Presidente da Junta de Freguesia para participação no XXVI Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses;**
3. **Protocolo de colaboração entre o Município de Arraiolos e a Junta de Freguesia de Arraiolos;**
4. **Protocolo de colaboração entre o Município de Arraiolos e a Junta de Freguesia de Igrejinha;**
5. **Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais;**
6. **Relatório da Situação Económica e Financeira 1.º semestre.**

1. APRECIAÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL

Presente a informação emitida pela Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, no cumprimento da alínea c) do ponto 2, do artigo 25.º, da Lei 75/2013 de 12 de setembro, relativamente à atividade que decorreu entre 07/12/2022 e 17/02/2023, a qual foi remetida a todos os membros antecipadamente.

A Presidente da Assembleia referiu que não sendo um ponto de deliberação, apenas de apreciação, e nesse sentido foi aberto período de inscrição para uso da palavra.

De acordo com a inscrição, interveio:

- Bruno Queirós disse que iria fazer um comentário à atividade municipal que correspondia, de junho a setembro de 2023, a um terço do ano, referindo que fazendo uma pesquisa rápida em 20 páginas, não se encontrava uma única vez a palavra saúde, achando preocupante, até porque já anteriormente tinha colocado uma questão sobre a divisão de ação social e saúde e que, na altura, a Srª Presidente tinha respondido que as pessoas não estavam lá para fazer fisioterapia nem enfermagem, então pergunta para que serve este gabinete?

O Vice-Presidente da Câmara respondeu que na informação da atividade municipal, na parte do aprovisionamento, consta a empresa TOT, LDA que forneceu equipamento de mobilidade e bem estar – intervenção social, no valor de 20 539,74 €. À semelhança do que foi feito, há algum tempo, em parceria com a Associação Monte, o Município disponibiliza este tipo de equipamento (camas articuladas, cadeiras de roda), que se enquadra no campo da saúde ou especificamente a falta de saúde e mobilidade que obriga a utilização destes equipamentos.

Foi aberta uma segunda ronda de inscrições, em que interveio:

- Bruno Queirós, referindo que não conhecia bem a atividade da empresa sabe que a mesma não vende só produtos relacionados com a saúde, vende também produtos de limpeza e de higiene.

O Vice-Presidente da Câmara reafirmou que o procedimento foi exclusivo para a aquisição do tipo de equipamento já referido, não tendo nada a ver com produtos de higiene ou de limpeza.

A informação ficará arquivada na pasta auxiliar de atas 2023.

2. ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA PARA PARTICIPAÇÃO NO XXVI CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

A Presidente da Assembleia salientou que este ponto tem por objetivo eleger o Presidente da Junta de Freguesia para participar, como delegado, no XXVI Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, que vai decorrer no final desta semana e que esta designação carece de aprovação da Assembleia Municipal. Foi ponderada fazer uma assembleia extraordinária para este fim, mas em contacto com o secretariado do congresso foi dada a indicação de que se poderia fazer a inscrição apenas como "presidente de junta" e posteriormente indicar o nome votado em Assembleia Municipal.

Neste sentido, a Presidente da Assembleia perguntou se existiam propostas para a votação deste ponto.

Foram registados os pedidos por parte de Helena Espadaneira e de Paula Pastaneira.

Por ordem de inscrição foi dada a palavra a Helena Espadaneira dizendo que a bancada da CDU propõe, para representar Arraiolos no congresso da ANMP, o Sr.º José Joaquim Branco Lopes, Presidente da União das Freguesias de São Gregório e Santa Justa e como substituto o Presidente da União de Freguesias de Gafanhoeira (São Pedro) e Sabugueiro, o Sr.º Daniel Fernando Canoa Coelho.

Paula Pastaneira propõe, para representar Arraiolos no congresso da ANMP, o Sr.º Rui Manuel Cosme Estriga, Presidente da Junta de Freguesia de Vimieiro e como substituto o Sr. Nuno Manuel Valadas Rebocho, Presidente da Junta de Freguesia de Igrejinha.

A Presidente da Mesa da Assembleia registou duas propostas, tendo sido designada a primeira (1.ª) por Proposta A, apresentada pela bancada da CDU e a segunda (2ª) por Proposta B, apresentada pela bancada do PS, seguindo-se a votação, mediante escrutínio secreto, com o seguinte resultado:

- Proposta A – 13 votos
- Proposta B – 7 votos

Ficou, assim, eleito o Presidente da União das Freguesias de São Gregório e Santa Justa, que em caso de impedimento será substituto pelo Presidente da União de Freguesias de Gafanhoeira (São Pedro) e Sabugueiro.

3. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARRAIOLOS E A JUNTA DE FREGUESIA DE ARRAIOLOS

O Vice-Presidente da Câmara fez uma breve introdução referindo que o investimento tem por objetivo a beneficiação do parque infantil de Ilhas, freguesia de Arraiolos, com o intuito de oferecer adequadas condições de segurança e conforto, sendo mais uma alternativa de lazer e bem estar físico e psico-social da qual beneficiará toda a população infantil que dele faça uso. Salientou que a beneficiação do parque infantil das Ilhas é um investimento suportado a 100% pelo Município.

De seguida passou-se à votação sendo aprovado por unanimidade.

4. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARRAIOLOS E A JUNTA DE FREGUESIA DE IGREJINHA

O Vice-Presidente da Câmara fez uma breve introdução referindo que o âmbito do protocolo é o mesmo que o anterior, com a particularidade de que se trata da construção de um novo parque infantil, porque existe a necessidade de ampliação do lar que só pode crescer para o espaço onde se encontra a casa mortuária. Tendo em conta que o parque infantil de Igrejinha se encontra obsoleto e a necessitar de algumas obras, este vai ser deslocado e no local do atual parque infantil vai ser construída a casa mortuária, cujo projeto de ampliação do lar também foi financiado pelo Município a 100%, dando assim apoio à Associação de Reformados. A construção do parque infantil de Igrejinha é também um investimento suportado a 100% pelo Município. Acrescentou ainda que, em conjunto com a freguesia, está a ser desenvolvido o projeto para a construção da casa mortuária.

De seguida passou-se à votação sendo aprovado, por unanimidade.

5. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS:

Empreitada de "Remodelação de fração do prédio da Autoridade Tributária e Aduaneira para adaptação aos serviços de Registo e Notariado – Arraiolos", inscrita no plano 2023/I/13 e económica 0102/11029902, de acordo com os valores inscritos no pedido de cabimento da DOM e respetiva proposta n.º 1604/2023, desenvolve-se pelos anos de 2023 e 2024, dando cumprimento à

alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, da Lei n.º 7/2012, de 21 de fevereiro, a Câmara Municipal solicita autorização para a assunção do compromisso plurianual.

A despesa está orçamentada em 293.000,00 € (duzentos e noventa e três mil euros), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, cuja previsão de repartição é:

Ano de 2023 – 943,40 €

Ano de 2024 – 292.056,60 €

Empreitada de "Pavimentação de Arruamentos em Arraiolos", inscrita no plano 2022/I/19 e económica 0102/0703030301, de acordo com os valores inscritos no pedido de cabimento da DOM e respetiva proposta n.º 1622/2023, desenvolve-se pelos anos de 2023, 2024 e 2025, dando cumprimento à alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, da Lei n.º 7/2012, de 21 de fevereiro, a Câmara Municipal solicita autorização para a assunção do compromisso plurianual.

A despesa está orçamentada em 650.000,00 € (seiscentos e cinquenta mil euros), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, cuja previsão de repartição é de:

Ano de 2023 – 2.000.00 €

Ano de 2024 – 400.000,00 €

Ano de 2025 – 248.000,00 €

O Vice-Presidente da Câmara fez uma breve introdução sobre a empreitada de remodelação de fração do prédio da Autoridade Tributária e Aduaneira para adaptação aos serviços de Registo e Notariado – Arraiolos, referindo que na última assembleia tinha sido aprovado o protocolo a celebrar entre a Câmara e o Instituto de Registos e Notariado e a esta assembleia é apresentada a autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais, que vai permitir lançar o concurso público, com uma despesa de 943,40 € para o corrente ano, sabendo que todo procedimento é moroso e que a execução da obra não terá início este ano.

Sobre a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais da empreitada de pavimentação em Arraiolos, referiu que não é só pavimentação é também toda a remodelação das infraestruturas, nomeadamente na Rua Senhor Jesus dos Passos e também junto ao edifício das finanças; na ligação do edifício do pré escolar do Agrupamento de Escolas ao Intermarché, onde se regista uma descida acentuada e que precisa desta intervenção; na Rua das Fontainhas, junto à columbófila, que não teve qualquer intervenção aquando das obras de requalificação urbana da vila. É uma obra que não estará concluída apenas em um ano, estando orçamentado um valor simbólico para o corrente ano para permitir a abertura do concurso público ainda este ano, sendo o valor mais elevado para 2024 prevendo-se ainda algum investimento para o ano de 2025.

De acordo com a inscrição registada, interveio:

- Tomás Calhau solicitou esclarecimento sobre a verba a disponibilizar pela Câmara na empreitada de remodelação de parte do edifício das finanças para adaptação aos serviços de Registo e Notariado, em prédio que não é propriedade da Câmara mas sim do Ministério das Finanças, achando que não existem condições para a realização da obra, opinando que aquela verba seria mais eficiente se fosse utilizada na remodelação dos outros dois prédios, que estão em frente às finanças, tornando-os habitáveis. Disse que não estar contra a aprovação e a execução da obra, mas pergunta qual a entidade que vai devolver a verba Câmara, se o Ministério das Finanças ou o Instituto dos Registos e Notariado.

O Vice-Presidente da Câmara referiu que o imóvel é património das Finanças, que há um protocolo entre as finanças e o Instituto dos Registos e Notariado e que na última Assembleia Municipal foi aprovado o protocolo entre Município de Arraiolos e o Instituto de Registos e Notariado, no qual consta o financiamento da obra a 100%, por parte do Instituto dos Registos e Notariado e a execução e acompanhamento por parte da Câmara, com o intuito de solucionar o problema da acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida de acederem a estes serviços. Foi também convidado o Sr. Diretor da Segurança Social para visitar o espaço porque na nossa opinião fazia todo o sentido que a Segurança Social passasse para aquele edifício que possui condições suficientes para as duas entidades, onde poderia ser criado um balcão único central, naquele edifício. Foi entendimento da Segurança Social não fazer a visita ao local continuando os serviços a funcionarem num espaço alugado pela Câmara.

Seguidamente procedeu-se à votação, em separado, de cada uma das autorizações prévias, nomeadamente:

- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais da empreitada de "Remodelação de fração do prédio da Autoridade Tributária e Aduaneira para adaptação aos serviços de Registo e Notariado – Arraiolos"

Aprovada por maioria com uma abstenção (PSD)

- Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais da empreitada de "Pavimentação de Arruamentos em Arraiolos"

Aprovada por maioria com um voto contra (PSD)

6. RELATÓRIO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA 1.º SEMESTRE

Pela Presidente da Mesa foi colocado à consideração o Relatório em título, elaborado pela empresa Marques, Cruz & Associados, Lda., informando que se trata de documento que não carece de deliberação deste órgão, mas sim para conhecimento e colocação de alguma observação caso assim o entendam.

- Tomás Calhau referiu que este relatório é referente aos primeiros seis meses de atividade do Município, que as contas são muito diferentes no final do ano porque já existem algumas obras executadas e outras ainda por executar, que o relatório reflete obras orçamentadas, algumas executadas e outras ainda em execução, que tem verba sustentável no orçamento, entendendo que se deveriam fazer mais algumas obras que, embora não constem do plano, ainda poderiam fazer ser feitas. Deviam ser dados apoios às Misericórdias e aos lares de 3.ª idade, para obras de ampliação, por exemplo do lar de Arraiolos, porquanto todos os dias aparem pessoas a necessitar de internamento em lares.

O Vice –Presidente da Câmara referiu que ao longo de todos estes anos a Câmara tem apoiado as Misericórdias e IPSS's do concelho neste tipo de investimentos com o financiamento de projetos, submissão de candidaturas a fundos comunitários e que comporta todo o investimento que não é suportado pelas candidaturas de cerca de 15%. Salientou que há dificuldade em serem aprovadas candidaturas, neste setor, no concelho de Arraiolos, porque dizem que a taxa de cobertura no concelho de Arraiolos é muito superior à dos restantes concelhos. Isto deve-se ao trabalho das IPSS's e das Misericórdias e também ao apoio que a Câmara tem desenvolvido ao longo destes anos.

==========x==========

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DE MUNÍCIPES

A Presidente da Mesa agradeceu a presença dos munícipes presentes, indicando a existência de uma inscrição, chamando a atenção para o referido na ficha de inscrição, na qual constam as regras regimentais, solicitando que sejam respeitadas.

- António Garcia, residente em Vimieiro, disse que trazia a esta Assembleia Municipal dois pontos preocupantes e de importância para todos nós cidadãos. O primeiro está relacionado com a juventude, pois teve conhecimento da criação da Assembleia Jovem, uma iniciativa que felicita, pois entende que todas as iniciativas que são feitas para aproximar os jovens no nosso concelho à política e à causa pública são fundamentais. Queria perguntar, porque considera que esta assembleia jovem não é suficiente, para quando a criação do Conselho Municipal da Juventude, algo tão importante num espaço de debate entre associações, jovens e juventudes partidárias no concelho de Arraiolos, visto que somos um concelho que infelizmente perde jovens de dia para dia e que nós, enquanto comunidade, não temos sido capazes de responder e contrariar esta triste tendência.

  O segundo ponto está relacionado com a área da saúde – no passado dia 13 de junho o PSD teve uma reunião com a Sr.ª Presidente da Câmara, na qual também esteve presente,

e constatamos que há falta de médicos no nosso concelho e que a tendência era o agravamento da situação o que veio a acontecer. Na altura foi falado de incentivos à fixação de médicos aqui, nas nossas casas, nas nossa terras, pois que o nosso concelho é a nossa casa, e o Município não viu com agrado a criação de medidas para a fixação de médicos. O que pergunta é o que pode ser feito, já que nós, comunidade, estamos neste momento privados de acesso ao médico de família, sabendo que somos um concelho fortemente envelhecido, o que podemos fazer para que os nossos idosos, que mais precisam não têm acesso a um médico e a cuidados básicos de saúde

O Vice-Presidente da Câmara agradeceu as questões colocadas e esclareceu, relativamente ao 1.º ponto, que não consegue adiantar uma data para ser criada a comissão conselho municipal jovem. Salientou que não é por não haver comissão que não há trabalho feito com a juventude, traduzido no apoio que é dado ao longo de todo o percurso escolar, desde o pré-escolar até às bolsas de estudo que são atribuídas ao ensino superior. Ainda recentemente a preparação da festa da juventude teve colaboração dos jovens do concelho.

Relativamente ao 2.º ponto, referiu que a área da saúde é uma questão que nos preocupa. A Câmara disponibilizou uma casa de função, propriedade do Município, se assim fosse necessário. Contudo este problema é muito mais estruturante do que atribuir um subsídio ou pagar parte do um vencimento. Este tipo de situação só vai criar conflito entre os munícipes, entre médicos e não devia ser assim. Chegámos a este ponto porque os governos, quer do PS quer do PSD, ao longo destes tem tratado o SNS desta forma. Esta situação só se resolve com a valorização das carreiras, não sendo possível a um médico que esteja a desempenhar funções em que o vencimento líquido seja de 1200 €. Isto é muito mais estruturante e profundo do que um subsídio da Câmara. É um assunto transversal a todo o país, principalmente para o interior. Faltam 3 médicos de família, como disse, embora a consulta aberta tolerada por uma prestação de serviço cujo valor hora dos médicos que vêm prestar o serviço será provavelmente quatro ou cinco vezes superior ao vencimento dos médicos que passam as 40 horas semanais. Enquanto não existir regulamentação de todas estas assimetrias, valorização e investimento no SNS é que se podem resolver os problemas não só em Arraiolos mas em todo o interior.

Não havendo qualquer outro pedido, foi encerrado este período, passando a palavra à 1.ª Secretária para a leitura da minuta das deliberações.

Para que todas as deliberações possam ter efeitos imediatos, foi elaborada uma minuta, que depois de lida e colocada a votação, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada pelas 21,15 horas, da qual e para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada pela Assembleia, será assinada pela Mesa.

Isaura Serra

Catarina Caetano Conceição Dias

Rosalina